



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E
HISTÓRIA (ILAACH)

ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA

Ponto Cego do Turismo na Tríplice Fronteira: uma análise antropológica dos apagamentos culturais e territoriais

ALEXANDRE ANTUNES GONÇALVES

Foz do Iguaçu
Ano 2026



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E
HISTÓRIA (ILAACH)

ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA

Ponto Cego do Turismo na Tríplice Fronteira: uma análise antropológica dos apagamentos culturais e territoriais

ALEXANDRE ANTUNES GONÇALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Rodrigo Juan Villagra Carron

Foz do Iguaçu Ano 2026

ALEXANDRE ANTUNES GONÇALVES

Ponto Cego do Turismo na Tríplice Fronteira: uma análise antropológica dos apagamentos culturais e territoriais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Foz do Iguaçu, julho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Juan Villagra Carron
UNILA (Orientador)

Prof. Dr. Waldemir Rosa
UNILA

Prof. Dr^a. Júlia Batista Alves
UNILA

A Deus por sua infinita grandeza e misericórdia.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus por me sustentar durante toda a minha trajetória.

A minha razão de viver é a minha esposa, Patrícia Helena, que me apoiou e contribuiu ao longo deste processo.

Aos meus três filhos: Layara, Álvaro e Maurício Alex, e as minhas netinhas Maggie (*in memoriam*) e Jessie que moveram em mim um amor e alegria inexplicável

À minha querida mãe, Alcy Antunes (*in memoriam*), a quem um dia prometi este diploma. Obrigada, mãe!

Aos meus irmãos (às) que sempre estiveram torcendo por mim e, em destaque, meu irmão biólogo e missionário Silvio Roberto que sempre foi um entusiasta em direção à minha formação acadêmica e o pastor Amaro que sempre apoiou com seus conselhos orações e sempre assistiu toda minha família

Aos amigos de perto e de longe, em especial aos amigos queridos, Eliandro Alburquerque, que sempre esteve presente em ligações, o teólogo Pr. Luiz Otávio e o professor Maurício Neves Nogueira. Gratidão!

Ao professor Rodrigo, meu orientador, que me norteou com maestria durante esta pesquisa.

Aos professores da banca, Dr. e querido professor amigo Waldemir Rosa e à Dra. e a professora talentosa Júlia Batista, que desde o início dessa graduação me proporcionou conhecimentos indelévels.

E os professores que me inspiraram a este assunto de extrema relevância: a querida professora Dra. e professora Senilde, Dra. e professora Lorena, o amigo e competente Dr. e professor Marcos de Jesus.

Bendiga o Senhor a minha alma!

Não esqueça nenhuma de suas bênçãos!

(Salmos 103:2)

RESUMO:

Este trabalho busca somar-se às diversas iniciativas que promovem a visibilidade e a justa valorização dos povos indígenas que passaram por este território, que aqui vivem e daqueles que continuarão construindo suas histórias e culturas. Da mesma forma, busca desmistificar a imagem frequentemente apresentada pelo turismo quando este reduz as culturas indígenas a uma perspectiva centrada unicamente no entretenimento. Dessa maneira, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo, fundamentada em referências teóricas como Carlos Fausto (2020), Bartomeu Melià (1990) e outros autores que contribuíram para a compreensão da temática proposta. Também foi necessária a realização de visitas técnicas no espaço delimitado pela pesquisa, as quais constituíram uma parte essencial para a construção deste estudo, além de entrevistas que contribuíram significativamente para a análise desenvolvida. Os dados obtidos permitiram compreender a importância que os povos originários sempre tiveram por meio de suas organizações sociais, culturais e de suas próprias formas de existência, bem como suas contribuições para a formação de outras culturas ao longo da história. Acima de tudo, este estudo busca evidenciar o processo de “apagamento histórico” e os etnocídios que, ao longo da história da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), às margens do rio Paraná, desenvolveram-se e perpetuaram-se de maneira contínua, afetando a memória, a visibilidade e o reconhecimento dos povos indígenas.

Palavras-chave: Apagamento; povos originários; turismo; Brasil, Paraguai e Argentina

RESUMEN

Este trabajo busca sumarse a las diversas iniciativas que promueven la visibilidad y la justa valoración de los pueblos indígenas que pasaron por este territorio, que aquí viven y aquellos que continuarán construyendo sus historias y culturas. Asimismo, busca desmitificar la imagen frecuentemente presentada por el turismo cuando este reduce las culturas indígenas a una perspectiva centrada únicamente en el entretenimiento. De esta manera, se diseñó una investigación de carácter cualitativo, fundamentada en referencias teóricas como Carlos Fausto (2020), Bartomeu Melià (1990) y otros autores que contribuyeron a la comprensión de la temática propuesta. También fue necesaria la realización de visitas técnicas en el espacio delimitado por la investigación, las cuales constituyeron una parte esencial para la construcción de este estudio, además de entrevistas que contribuyeron significativamente al análisis desarrollado. Los datos obtenidos permitieron comprender la importancia que los pueblos originarios siempre han tenido mediante sus organizaciones sociales, culturales y sus propias formas de existencia, así como sus contribuciones a la formación de otras culturas a lo largo de la historia. Por encima de todo, este estudio busca evidenciar el proceso de “borrado histórico” y los etnocidios que, a lo largo de la historia de la Triple Frontera (Argentina, Brasil y Paraguay) en las márgenes del río Parana, se han desarrollado y perpetuado de manera continua, afectando la memoria, la visibilidad y el reconocimiento de los pueblos indígenas

Palabras clave: borrado histórico; pueblos originarios; turismo; Triple Frontera Brasil, Paraguay, Argentina

LISTA DE FOTOGRAFÍAS

Imagem 1: Marco das Três Fronteiras.....	22
Imagem 2: Marco das Três Fronteiras – Naipy e Tarobá.....	22
Imagem 3: Espaço Silenciado.....	22
Imagem 4: Mosaico na Praça da Paz.....	27
Imagem 5: Avenida Tancredo Neves.....	27
Imagem 6: Rio particular Gleba Guarani – Três Lagoas.....	27
Imagem 7: Cerâmica Gleba Guarani -	28
Imagem 8: Residencial Angatuba I – Antigo espaço de encontros de indígenas e homens brancos.....	28
Imagem 9: Bosque Guarani.....	32
Imagem 10: Ruínas no Bosque Guarani.....	32
Imagem 11: Aterro Sanitário em Porto Belo.....	37
Imagem 12: Entorno do Aterro Sanitário - Porto Belo.....	37
Imagem 13: Plantação de soja - Porto Belo.....	38
Imagem 14: Fotocópia do pedido de desculpas aos povos Avá-Guarani.....	39

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	10
2. OS ESPAÇOS DOS LEGÍTIMOS DONOS DAS TERRAS.....	11
2.1 A PRESENÇA INDÍGENA NOS ESPAÇOS ANTES DAS FRONTEIRAS.....	12
2.2 UMA TERRA PARA SE VIVER.....	14
2.3 TRÍPLICE FRONTEIRA: O ESPAÇO!.....	17
3. A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA E O SILENCIAMENTO DAS VIVÊNCIAS INDÍGENAS.....	19
3.1 OS ESPAÇOS GERADORES DE APAGAMENTO HISTÓRICO DOS POVOS ORIGINÁRIOS.....	24
3.2 DESMEMÓRIA INDÍGENA EM TRÊS LAGOAS.....	25
3.3 O BOSQUE GUARANI.....	30
3.4 APAGAMENTO EM PORTO BELO.....	32
3.5 ITAIPÚ BINACIONAL E O RECONHECIMENTO.....	38
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

11. INTRODUÇÃO

O meu interesse pelo tema dos povos originários se deu no ano de 2007 no Rio de Janeiro, quando recebi um convite para conhecer a aldeia Sapucaí dos indígenas guaranis Mbyá em Angra dos Reis. A caminho, no mesmo coletivo, conheci um antropólogo, o Sr. José Vicente de Carvalho, que me passou um vasto conhecimento em diversidade cultural. Quando chegamos naquela aldeia, notei que estava no meio de um povo que tinha muito a nos ensinar a nível de viver em comunidade e respeito mútuo. Junto a isso, notei também um descaso social e cultural da parte do Estado. A partir daí, entendi exatamente o que eu queria: estar perto deste povo, devido à diferença cultural e aos seus saberes que transcendem as aldeias. O meu interesse se agigantou quando cheguei à UNILA, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, no ano de 2018. Saltou-me aos olhos a diversidade cultural que encontrei nas salas: os guarani, os tikunas, os tukanos, bem como outros povos. Fiquei fascinado com tantas etnias em um único espaço. Com esta experiência, despertou-me o interesse em entender melhor os povos originários. No mesmo ano, tive a oportunidade de fazer uma visita técnica ao Marco das Três Fronteiras na área/canto brasileiro da Tríplice Fronteira. E, em meio às observações turísticas, notei que era um espaço que sugeria uma história de quem já havia habitado por ali. Observei que uma das figuras de destaque era um homem branco e hispânico Chamado Álvar Núñez Cabeça de Vaca e havia uma estrutura jesuíta na entrada do espaço, que desentoava com as terras que a história registrou que por ali já existia donos, os povos originários, bem antes da chegada dos europeus. Este cenário ofusca os verdadeiros donos da terra, que, no decorrer dessa propagação via turismo, provêm um apagamento histórico e a esterilização dos povos originários, o que também ocorre por meio das apresentações e seus shows temáticos, com danças teatrais desconexas com as culturas e práticas rituais cotidianas efetivas dos indígenas. Essas apresentações turísticas trazem uma imensa preocupação, visto que contam a história e a cultura dos povos na Tríplice Fronteira, e essa é a história a que os turistas ou os próprios moradores da cidade vão ter acesso. Diante disso, o nosso objetivo é fazer uma análise do espaço turístico na Tríplice Fronteira brasileira, observando o apagamento que os povos indígenas sofrem e ainda sofrem, sob a influência da colonização europeia, das construções das fronteiras e da ganância do Estado e de indústrias privadas, que tiram proveito do espaço e da cultura dos povos originários, que, apesar de existirem, são ignorados. A prova disso são os lugares por onde se transitava livremente, hoje restritos a turistas pagantes e a outros para apreciarem apenas gravuras e as estátuas estereotipadas dos povos originários. A opção de examinar as práticas socioculturais na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina é justificada pela demanda de entender como grupos minoritários disputam e recontextualizam os espaços públicos nas cidades contemporâneas. A importância deste estudo

está na necessidade de evidenciar as tensões entre a normatização urbana e as vivências diárias, desmantelando esses espaços como se não houvesse povos que construíram tais espaços culturalmente, o que contribui para essa pesquisa antropológica acerca dos direitos dos povos originários. Do ponto de vista acadêmico, este estudo aborda uma lacuna relacionada a uma preocupação: o apagamento desses povos, fornecendo um relato etnográfico detalhado que evidencie a presença antiga – em particular, e em maior medida, do povo guarani e também do povo kaingang – e a vida dos povos originários em meio a um processo de gentrificação.

Diante de tudo, relacionamos então, segundo o conceito, o apagamento se configura como um “caráter daquilo que se enfraquece, desaparece: apagamento da memória, dos afetos, das dissensões” (DICIO, 2026). Sendo assim, desaparece também a possibilidade de práticas culturais estruturantes e básicas desses povos, como a comensalidade. Isto é, a prática social que organiza o compartilhamento de alimentos e reforça vínculos coletivos está profundamente vinculada ao território, neste caso, aos povos Guarani (MELIÀ & TEMPLE, 2004); era uma parte essencial da sua organização integral – social, econômica, política, ritual e cosmológica. Nesse sentido, a degradação e ocupação de áreas tradicionalmente indígenas, como no caso da Gleba Guarani e da região de Porto Belo em Foz do Iguaçu, não implicam apenas perda material, mas também a desestruturação de práticas culturais fundamentais. A destruição do território afeta diretamente a produção de alimentos tradicionais, comprometendo formas coletivas de alimentação e, conseqüentemente, os modos de sociabilidade e reprodução cultural. Assim, o apagamento territorial pode ser compreendido também como um apagamento da comensalidade, evidenciando os impactos profundos da marginalização histórica sobre os modos de vida indígenas. Sendo assim, o trabalho de campo será a principal ferramenta metodológica, envolvendo a experiência e a imersão no ambiente em estudo em abordagem qualitativa. O estudo foi conduzido nos entornos da Tríplice Fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina, de fevereiro de 2025 a maio de 2026, com a finalidade de analisar as dinâmicas sociais mencionadas no objeto de pesquisa.

1. OS ESPAÇOS DOS LEGÍTIMOS DONOS DAS TERRAS.

Para adentrarmos o cerne de nossa pesquisa, faz-se necessário abordarmos o espaço-fronteira, visto que o mesmo está canalizado ao espaço (ocupado) e à fronteira que delimitou os territórios antes livres aos povos indígenas. Diante disso, Gonçalves (2019, p. 25) diz que “cada espaço é um componente específico de cada indivíduo, mostrando seus comportamentos, suas decisões, fragilidades e, além de tudo isso, comprova o ser pertencente ao território”. E,

(2008), “a fronteira acrescenta a ideia de um espaço, do contato com o outro”. Gonçalves destaca, ainda, que “ao longo da história, houve conflitos em que buscavam adquirir [espaços] aquilo que não era seu.” Para tanto, percebe a necessidade de buscarmos compreender tal apagamento desses espaços pertencentes aos povos que aqui já habitavam. Diante disso, Mamed, Caleiro e Bergold, mencionam que,

A nossa luta, além da luta física pela terra, é uma luta espiritual. Hoje, esse lugar entre Guaíra e Terra Roxa é o ponto ideal para vivermos, pois é território Guarani, onde sempre vivemos, ainda que espalhados em grupos. No passado éramos organizados em uma aldeia central, onde tinha uma casa de reza grande, e em outros grupos menores, onde tinham casas de reza também. Hoje em Guaíra as coisas não são mais assim, a falta da terra demarcada é uma cerca, uma barreira, que nos impede de viver de acordo com nossa cultura como antigamente. O certo era ser como no passado, mas hoje não dá mais pra ser assim. Mas ainda sabemos como era. Os jurua dizem que não somos índios, que estamos nos aculturando, mas não é isso. O que acontece é que muitas vezes a falta da terra nos traz dúvidas até onde podemos ocupar, pescar, caçar, de onde trazer remédio, pois o que não tem de remédio aqui na Tekoha Y'Hovy pode ter em outro pedaço de mata, mas não podemos sair para buscar porque o jurua (branco, não indígena) não deixa. Antigamente existia o Tape Marãe'y, caminho que Ñanderu (Deus) percorreu quando estava na terra, que o jurua chama de caminho do Peabiru, ele passava aqui nesta região. Os Guarani tinham encontrado o caminho para Yvy Marãe'y (Terra Sem Mal), que era onde ficava o Salto das Sete Quedas, que era chamado de Pokõi Ysyry (MAMED, CALEIRO e BERGOLD, 2016 , s/p).

Sendo assim, os espaços detalhados acima demonstram o desrespeito por parte do homem branco para com os povos originários, inclusive no sentido espiritual, cultural e em suas diversidades. Isto não ocorre somente vivenciado aqui na Fronteira ao sul do Brasil, mas de norte a sul, que se arrasta pelos anais do tempo.

2.1 A PRESENÇA INDÍGENA NOS ESPAÇOS ANTES DAS FRONTEIRAS.

Não podemos adentrar este tema sem antes nos situarmos nas questões da movimentação dos povos originários antes dos europeus. Diante disso, Fausto (2000, p. 9) menciona que “Os sistemas sociais indígenas existentes às vésperas da conquista não estavam isolados, mas articulados local e regionalmente”. Portanto, os povos originários não se utilizavam de uma demarcação geográfica sistemática, visto que o traslado era algo natural transitório. Fausto ainda corrobora dizendo que “a movimentação de uma parte produzia efeito em outra, ainda que, por muitas vezes, a quilômetros de distância”. Sendo assim, esses povos viviam seus próprios modelos de estrutura cultural, social e econômica. Antes dos colonizadores europeus, no ímpeto da exploração do continente americano, através da expansão marítima e do desenvolvimento capitalista, visava-se à exploração dos metais preciosos e da flora e à imposição religiosa. Ou seja, a visão era voltada a conquistar o que a terra podia oferecer, bem

como posicionar a visão de um único e verdadeiro Deus através de uma religião europeia. Sendo

13

assim, Fausto (2000, p. 10) diz que “Os índios do Brasil foram logo caracterizados como gente sem religião, sem justiça e sem estado - uma ideia que, elaborada pela filosofia política, serviu de base imaginário sobre o homem natural e o estado de natureza”. Dessa maneira, Almeida, diz que, o processo colonial contribuiu para a construção de uma associação entre a ideia de “terra indígena” e a noção de aldeia. Entretanto, conforme argumenta Almeida (2017), essa relação não corresponde à origem do termo, uma vez que as aldeias já constituíam formas de organização espacial presentes em Portugal e em outras regiões da Europa. Com a colonização, essa concepção foi incorporada aos territórios onde já existiam comunidades indígenas, passando a designar espaços organizados segundo os interesses administrativos coloniais. Nesse processo, os aldeamentos também desempenharam a função de reunir e separar diferentes grupos indígenas, especialmente aqueles que eram considerados resistentes ao processo de colonização e classificados pelos colonizadores como “tapuias” ou “bravos”. Dessa maneira, a categoria “aldeia” não pode ser compreendida apenas como uma referência a um espaço tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas, mas também como uma construção vinculada às práticas de organização e controle territorial estabelecidas durante o período colonial (ALMEIDA, 2017). Nesse contexto, Ciccarone (2011) destaca que os processos de deslocamento e migração contribuíram para a formação de diferentes sociedades, que passaram a se expandir tanto territorialmente quanto linguisticamente ao longo do tempo. Esses movimentos, entretanto, não ocorreram de forma neutra, uma vez que os povos originários foram submetidos a processos de ocupação e reorganização de seus territórios segundo perspectivas e interesses impostos pelos colonizadores europeus. Nessa mesma direção, Oliveira (2020) evidencia a antiguidade da presença guarani na região do Prata e no litoral sul-atlântico, anterior à chegada dos europeus. Segundo o autor, a historiografia tradicional atribuiu diferentes denominações aos primeiros agentes europeus que chegaram a esses territórios, como “descobridores”, “viajantes”, “missionários” e “bandeirantes”, embora suas ações tenham contribuído para a ocupação e apropriação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani.

Em uma intensa desconsideração pelos povos aqui pré-existentes, o etnocídio assolava cada espaço onde os europeus transitavam com as suas ideias corporativistas, egocêntricas e culturais. Frente à situação colonial, precisaram modificar seu cotidiano para preservar alguns aspectos de sua cultura. A etnia Guarani era a mais numerosa que vivia no sul do continente americano. O contato com o colonizador, através das várias formas de exploração da mão de obra indígena e pelas missões religiosas, impactou culturalmente as populações da região.

Como representantes do Estado Espanhol e da Igreja Católica, com poder tutelar e cheios do

14

espírito da civilização cristã ocidental, acreditando em sua superioridade étnica, os jesuítas impuseram sua cultura aos Guarani. Para os religiosos, assim como para os outros europeus, os indígenas eram considerados seres inferiores, incapazes e dependentes, sem religião, política e direito (COLAÇO, 1998, p. 2).

Como se não bastasse a avaliação eurocêntrica, os europeus não pouparam esforços na destruição das bases sociais indígenas, ignorando os seus valores e levando-os ao cativeiro. Dessa forma, muitos indígenas deitavam em suas redes e acabavam morrendo de profunda tristeza, “certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira”, como menciona Ribeiro (2006, p. 39).

2.2 UMA TERRA PARA SE VIVER.

Paz na terra, assim era o cenário dos povos originários com as suas construções sociais satisfatórias e sem intervenções internas. Sendo assim, Melià menciona que,

As evidências arqueológicas mostram que os Guarani chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, e do sapé da Cordilheira. São terras especialmente aptas para o cultivo do milho, da mandioca, de vários tipos de feijão, abóboras, batata e amendoim. São terras nas quais a técnica agrícola de roçado permite uma produção altamente satisfatória (MELIÀ, 1990, p. 33).

Diante disso, os guaranis viviam de maneira confortável e sem imposição de uma cultura diferente da sua. Melià corrobora dizendo que,

A ocupação e o uso da terra eram tratados pelos Guarani de um modo prático e teórico, como se pode ver na língua e nas técnicas agrícolas utilizadas. O Guarani entende sua terra. A riqueza do idioma guarani para descrever diferentes tipos de terra e solos, florestas, espécies vegetais e características ecológicas de um local é um bom reflexo de seus conhecimentos práticos. Desde tempos antigos, existiu uma agricultura - que poderíamos chamar de agronomia - que o colono europeu acaba por ter que aprender com os Guarani, pois é a mais adequada para essa terra. A agricultura de origem guarani foi a mais utilizada pelos colonos nessas regiões com bons resultados, mesmo quando a distorção do sistema econômico introduzido pode desestabilizar as relações ecológicas que os Guarani conseguiram preservar com criatividade e dinamismo, migrando se necessário. O Guarani não deixa desertos atrás de si (MELIÀ, 1990, p. 36).

Nesse sentido, a própria língua guarani define *Ñande Reko* como “nosso modo de ser” e *Teko Porã* “o Bom/bem viver”, profundamente ligado – etimológica e conceitualmente – ao *tekoha* – hoje equiparado à aldeia ou comunidade:

El modo de ser guaraní estaría ligado esencialmente al modo los indios vivían su espacio geográfico. Datos de la época confirman el hecho de que los Guaraní estaban "viviendo a su antigua usanza, en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro casas solas, separados a legua, dos, tres y más, unos de otros" esta forma de organizarse en el espacio la

que los dirigentes consideraban como una estructura esencial de su cultura, aunque no tenían de ella una conciencia tan explícita antes de que se los indujera, más o menos

15

impositivamente, a "reducirse", es decir, a aceptar una nueva configuración espacial. Ciertamente la "reducción" pueblo, y el espacio que ella producía, se diferenciaban profundamente del tekoha guaraní, el lugar donde hasta entonces se había realizado y producido la cultura guaraní. Entre los Paí actuales, el tekoha consiste en el complejo de casas-chacras-monte dentro del cual vive una comunidad semi-autónoma. El tekoha según estos Guaraní actuales, es "lugar donde vivimos según nuestras costumbres" (MELIÀ, 1997, p. 105).

Os indígenas antes dos impactos europeus na América Latina, não conheciam diversos sistemas analíticos europeus, inclusive as limitações das fronteiras geográficas. Porém, possuíam seus próprios sistemas analíticos. Suas análises do mundo focavam na observação empírica, na astronomia, na matemática e no manejo ecológico, ou seja, viviam dentro da naturalidade étnica de suas construções sociais. Segundo Parellada (2006),

A arte indígena é a expressão da cultura dos povos nativos em nossos territórios. Por meio da arte, conseguem manter a diversidade cultural através do tempo. Por sua vez, o artesanato indígena paranaense representa parte da grande riqueza cultural desses povos que historicamente se espalharam e ainda estão presentes no Brasil. Também para os povos indígenas, a arte e o artesanato representam formas de linguagem que expressam a contínua reconstrução de seus valores e seus mitos; isto é, a essência de sua memória social. Antigamente, os espaços dentro da aldeia constituíam as características dessas sociedades e reproduziam as relações de parentesco. Os mitos e os ritos, nesse cenário, perpetuavam a memória e o controle de território (PARELLADA, 2006, p.35).

Diante disso, as imposições políticas e religiosas, seguidas de violência e dominação cultural sobre os povos originários, passaram por práticas de atrocidades que provocaram extremas mudanças em todos os âmbitos culturais desses povos. Mediante isso, antes da invasão europeia já existia a organização das diversidades socioculturais e linguísticas do continente. Sendo assim, Fausto (2010 *apud* Steward, s/d) propôs classificar em quatro grandes tipos, hierarquizados em função do nível de complexidade. Fica claro que não havia um isolamento nem uma desorganização cultural entre os povos sul-americanos e que as relações eram ecológicas, tecnológicas de subsistência e organizacionais sociopolíticas. Ele ainda menciona que as formas de articulação se entrelaçavam ao longo dos territórios e que existem quatro formas de se manifestar com suas construções sociais, que eram diferenciadas de acordo com os espaços que ocupavam, sendo subdivididas por território: **1. Povos marginais:** Pequenos grupos, principalmente caçadores e coletores, com tecnologia considerada rudimentar e pouca ou nenhuma instituição política centralizada; **2. Tribos da floresta tropical:** Agricultura de coivara, aldeias relativamente permanentes, exploração de recursos aquáticos e organização baseada principalmente no parentesco; **3. Circum-Caribe/cacicados:** Sociedades com maior centralização política e religiosa, estratificação social e maior intensificação econômica; **4.**

Andes Centrais: Sociedades consideradas de maior complexidade: agricultura intensiva, alta densidade populacional, estratificação social, Estado, especialização do trabalho e metalurgia.

16

Fausto diz que os povos caracterizados como “marginais” por Steward (e outros autores que colaboraram com a série Manual dos Índios Sul-Americanos / *Handbook of South American Indians*)) retratam uma sociedade que é caracterizada pela tecnologia e subsistência muito rudimentares. Eles não tinham uma estrutura de instituição política marcada; se configuravam como caçadores-coletores nômades, viviam em pequenos grupos e seu sustento era em lugares inóspitos. Este grupo transitava em três áreas de campo aberto e se acostumava com climas diversos no Cone Sul, no Gran Chaco, na pampa patagônica e no Brasil Central. Acima dos grupos marginais ficavam localizadas as tribos da floresta, que viviam em aldeias em lugares fixos, porém dispersos pelo território; eram mais numerosas que o grupo dos marginais devido à abundância de recursos, especialmente recursos aquáticos. A organização da sociedade era de parentesco e não apresentava estrutura política ou religiosa rigorosa. O autor ainda vai dizer que se definiam como um grupo com organização social, um notável igualitarismo e se distribuíam pelo extenso continente, por quase toda a Amazônia, a costa do Brasil, as Guianas e os Andes meridionais. Na região do Caribe e dos Andes, a configuração social era a centralização política e religiosa, com estratificação social e grande habilidade econômica, apesar de suas tecnologias e cultura se compararem às do povo da floresta tropical. Essa sociedade já não tinha mais, em sua organização, apenas laços de sangue; ela apresentava o poder e a religião com a figura de chefe e sacerdote e templos, deixando o igualitarismo de lado por uma estrutura hierárquica. Finalmente, no alto da classificação encontra-se a civilização que se adaptou nos Andes Centrais e na Costa do Pacífico. Nesse espaço, houve a Ascensão do Império Inca, um século antes da chegada dos europeus. Esta população era intensa na produção agrícola, na criação de animais, em aparelhos estatais, em uma forma sofisticada de administração e em uma habilidade eficaz em suas técnicas metalúrgicas. Fausto, no entanto, critica essa classificação hierarquizada em quatro tipos, indicando que “Steward trouxe para sua antropologia um imaginário indígena e colonial de longo prazo” (Ibid. p. 58), baseado em uma predominância do olhar evolucionista e a ecologia como fator determinante, alegando, por sua vez, que a etnografia demonstrou que não existem sociedades simples ou “marginais”; os Bororo, mesmo tendo uma economia descrita como de subsistência tinham uma complexa organização social em metades e clãs exógamos.

Em relação a essa presença indígena extensa no continente, os verdadeiros donos da terra em nossa região do Cone Sul e Triplice Fronteira paranaense, os Guarani, afirmavam,

[...] "Nós não vivemos para comprar terra, nós vivemos apenas para usá-la de acordo com

nossos costumes". Para os Guarani a terra significa, em primeiro lugar, espaço de vida, um espaço onde realizam sua maneira de ser. As palavras yvy e tekohá podem ser traduzidas por terra e território. Obviamente, a terra tem sua importância como meio de produção, no sentido

17

de poderem manter-se como grupo, para assegurar a existência de todos os familiares, mas não para acumular riquezas. O sentido da palavra tekohá é "um lugar de costume e de modo de vida"; é produto da cultura e também produz cultura. Tekó significa "modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume [...]", como se entendia já antes da chegada dos espanhóis" (MAPA CONTINENTAL GUARANI, 2016, s/p.).

Para tanto, Melià, salienta que,

As evidências arqueológicas, corroboradas pelas notícias históricas mais antigas, mostram a ocupação de determinadas terras como um elemento constitutivo do modo de ser guarani. Em outros termos, a vida guarani nunca se liberta, nem se abstrai da questão da terra (MELIÀ, 1990, p.34).

Ele ainda enfatiza, dizendo: "A terra, por sua parte, tampouco é um dado fixo e imutável. Nada mais inestável que a terra guarani que nasce, vive e morre [...]. Esta terra ocupada pelo Guarani é um lugar" [de sobrevivência cultural] (Ibid.).

2.3 TRÍPLICE FRONTEIRA: O ESPAÇO

Para entendermos o grau de apagamento dos povos indígenas na Tríplice Fronteira em Foz do Iguaçu -PR, precisamos compreender o espaço e sua sujeição em suas construções sociais e geográficas. Nesse sentido, Martins e Ruschmann, (2010, s/p.) afirmam que a tríplice fronteira está localizada no município de Foz do Iguaçu, Paraná, no ponto oeste paranaense inserido no terceiro plano paranaense na região sul do Brasil. Seu limite ao norte é com o município de Itaipulândia, a Leste com São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu em território nacional e com a cidade argentina chamada Puerto Iguazú, e a oeste com a cidade do Leste no Paraguai, configurando, assim, a Tríplice Fronteira. O espaço paranaense de Foz do Iguaçu tem uma expressiva estrutura política, econômica e social equivalente à dos outros municípios de grande porte no estado do Paraná. Porém, o que diferencia é a posição geopolítica estratégica e a localização privilegiada, além da paisagem. A tríplice fronteira é marcada por abrigar uma expressiva diversidade cultural, somando aproximadamente 80 nacionalidades diferentes. A estrutura econômica está fortemente ligada ao turismo, em especial nas atividades comerciais e de serviço. Dessa maneira, Gândara, Souza e Lacay (2011) mencionam que o município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), é o que apresenta maior estrutura turística, com uma população de cerca de 311.336 habitantes. Corresponde a cerca de 64% do total da área analisada. Na década de 80, a usina hidrelétrica de Itaipu já se encontrava em fase de implantação. Nesse momento, o município de Foz do Iguaçu concentrava aproximadamente 47% da população. Diante disso, Souza, (2017) menciona que,

[...] a tríplice fronteira não é apenas uma união de limites territoriais e políticos entre três países, é também um espaço dinâmico de relações diversas. Mais do que brasileiros, argentinos e paraguaios, são libaneses, chineses, israelitas e representantes de outras dezenas de etnias (80 ao todo), que escolheram a região para viver e trabalhar. Eles moram em uma das três cidades fronteiriças entre as quais o relacionamento comercial é intenso. A região abriga a maior hidrelétrica do mundo -Itaipu Binacional- e uma importante reserva florestal da América do Sul, localizada no Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil, e no Parque Nacional do Iguazú, na Argentina (SOUZA, 2017, s/p.).

Dessa maneira, o solo iguaçuense exhibe pontos mundialmente explorados por turistas de todas as partes, bem como, moradores de distintos lugares, não somente brasileiros, mas também de outros países. Silva (2022) salienta que a hidrelétrica binacional de Itaipu é a maior expressão de aproximação política com o Paraguai, com um expressivo potencial hidrelétrico do rio Paraná colocando a tríplice fronteira como estado de fronteira energética. Além dos recordes mundiais em gerar energia sustentável, a hidrelétrica é permeada por muitas interpretações com distintos significados para o Brasil. Também se trata de uma empresa pública, mas para o país vizinho, o Paraguai, é vista como interesse social e público. Portanto, Silva ainda completa que, dentro desse espaço, a fronteira se configura como divisor de águas. Druciaki, (2019) destaca que,

Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional que constitui um marco nas suas trajetórias, percebemos em meio as contradições instaladas, uma gama de elementos que ao nosso modo de ver, precisam ser melhores compreendidas. O primeiro é que esta Usina Hidroelétrica contribuiu para a atual configuração deste lugar, qual seja tal lugar: plural, multiétnico, onde há três línguas oficiais: o português, o guarani e o espanhol. Outro aspecto é que embora esta Usina esteja mais presente no ideário comum enquanto um elemento turístico, na prática continua como elemento estratégico e geopolítico no âmbito das relações exteriores (DRUCIAKI, 2019, p. 102).

A Tríplice Fronteira é um espaço em que fervilha o turismo. Aqui está localizado a Hidrelétrica Binacional, as Cataratas do Iguaçu, o Marco das Fronteiras brasileiras e outros pontos de grande importância no ramo cultural e socioeconômico que serão abordados a seguir:

Parque Nacional do Iguaçu: referência internacional no turismo sustentável e na conservação da biodiversidade. O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 10 de janeiro de 1939, por meio do Decreto-Lei n.º 1.035, do então presidente da República Getúlio Vargas. No ano de 1986, recebeu o título, concedido pela UNESCO, de Patrimônio Mundial Natural. Já as Cataratas do Iguaçu, localizadas no interior da unidade de conservação, receberam o título de Maravilha Mundial da Natureza no dia 11 de novembro de 2011, em uma eleição internacional, com votos de pessoas de todo o mundo. O Parque Nacional do Iguaçu se consolidou, nestes 86 anos, como referência na conservação da natureza e no turismo sustentável no mundo. O parque, que é um dos mais visitados do Brasil, protege uma área de 185 mil hectares de Mata Atlântica e uma rica biodiversidade, constituída por espécies singulares da fauna e flora brasileiras. A unidade de conservação brasileira, localizada no Oeste do Paraná, faz fronteira com a Argentina, na província de Misiones. Já as Cataratas do Iguaçu estão situadas entre a cidade brasileira de Foz do Iguaçu e a Argentina, Puerto Iguazú. A sua riquíssima biodiversidade e a raridade de beleza cênica contribuíram para transformar o Parque Nacional do Iguaçu em Patrimônio Natural da Humanidade, no ano de 1986, e no abrigo da Maravilha Mundial da Natureza, no ano de 2011, em votação mundial. Atualmente,

o parque realiza ações de visitação pública, pesquisa, educação ambiental e proteção. Todo esse cuidado e o trabalho integrado proporcionam aos visitantes condições únicas e inesquecíveis de contato com uma das mais raras feições da natureza (PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, s/d).

Sendo assim, Pimental (2010, p. 47) diz que [...] “é impossível compreender as Cataratas em um só olhar”. São diversos caminhos que podem ser imperceptíveis durante a primeira caminhada, pois mudam de acordo com a quantidade de água do rio, essa variação é um misto de complexidade e beleza. Dessa maneira, Gil (2022, p. 20) corrobora dizendo que, de qualquer forma, o município de Foz do Iguaçu, por conta do seu turismo de caráter transnacional, é de formação tardia de uma sociologia local. Configura-se como um espaço privilegiado para as aplicações de abordagem crítica sociológica e da economia política do turismo. Nesse sentido, o Marco das Três Fronteiras, em 2025, no mês de novembro, bateu aproximadamente 42 mil pessoas, que vieram prestigiar uma das cidades mais requisitadas do país. Isso acabou registrando um crescimento, consolidando a fronteira como um dos cartões-postais do Brasil em Foz do Iguaçu. Para tanto, o site do “Marco das Três Fronteiras” ainda menciona que “o local possui uma energia dos povos, das nações e da cultura. O Marco dos três países é um convite a uma viagem centenária pelo Brasil e pelo continente”. Para tanto, pude notar, com um olhar antropológico, que no centro da cidade de Foz do Iguaçu, os indígenas nos semáforos pedem ajuda. Nos muros da cidade são estampadas as imagens dos povos originários estereotipadas, junto a lendas das Cataratas com fundo musical europeu, e assim, distorcendo as histórias dos povos originários. Dentro do espaço da ITAIPÚ BINACIONAL, o desmanche de um espaço que expunha a cultura dos indígenas da localidade, os Ñandeva, hoje está ocupado por um espaço gourmet utilizado por prestadoras de serviço da ITAIPÚ BINACIONAL.

2.4 A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA E O SILENCIAMENTO DAS VIVÊNCIAS INDÍGENAS

Nesta seção, abordaremos o que passa diante dos nossos olhares turísticos, porém, nas entrelinhas, falta uma análise crítica e mais profunda na direção dos verdadeiros donos da fronteira, que são explicitados junto ao que querem nos mostrar, negando a realidade no decorrer da história. A colonização europeia iniciou uma história de etnocídio e imposição de culturas aos povos originários.

O histórico da evangelização é um processo do apagamento da história e as consequências aos nossos modos de vidas são graves, pois todas as regras já citadas acima da pentecostal, Deus é amor, assim como a bíblia, passam a ser instrumentos de modificação das

comunidades indígenas em troca da ideia de “salvação da alma”. Isso causa apagamento e silenciamento de nossa história: o genocídio do nosso povo. Essa violência colonial entre povos nativos, igreja e Estado é um debate necessário, pois demonizar os nossos modos tradicionais faz parte da catequização desde as missões religiosas. A catequização agora segue com regras e doutrinas mais rigorosas ainda, como as que são vindas da pentecostal Deus é amor, junto ao discursos do governo brasileiro que segue contribuindo para o divisionismo entre povos indígenas - processo expresso na máxima “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos (O.K.A, 2022, p. 07).

Hoje, os inimigos têm outras configurações: grandes arquiteturas ao longo da fronteira causando apagamentos culturais, estereotipando-os como uma figura nos mosaicos e/ou em pinturas em muros, e até mesmo renegando a existência através de novas versões sobre as histórias dos povos indígenas. A tríplice fronteira em meio ao seu glamour turístico, cultural, geográfico e econômico parece dar continuidade à desmemorização dos povos que aqui residiam mesmo antes da ideia de fronteira. Diante disso Santos (2015), destaca que,

A denominada Região Trinacional do Iguaçu compreende a tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, reunindo três cidades polo: Ciudad Del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina). Neste ambiente geográfico, muitas narrativas são memorizadas enquanto símbolo das diversas culturas regionais, quase sempre relacionadas a pertencimentos étnicos, visto que a formação da territorialidade dos Estados nacionais apelaram para o mito da racialidade na definição de identidades culturais. Quanto às narrativas escritas, mencionam tradições escritas e oralizadas. Segundo narrativas históricas escritas, a região era habitada por índios Caingangues e Guaranis, antes iniciada a partir de 1452, época em que se deu a chamada descoberta das Cataratas do Iguaçu” com a passagem da expedição comandada pelo espanhol Álvar Núñez Cabeza de Vaca rumo à Assunção, no Paraguai. Mais tarde, a colonização local ganhou impulso, influenciada pelas Missões Jesuíticas, extração da erva mate e madeira, e a presença militar com a função de assegurar os limites fronteiriços (SANTOS, 2015, p.12).

Nesse sentido, Mamed, Caleiro e Bergold (2016, p. 41) corroboram, dizendo que os estados nacionais e as fronteiras políticas funcionam como mecanismo de desagregação social. Na perspectiva apresentada, os estados nacionais, funcionam de forma extremamente prejudicial aos Guaranis, pois avançam na desarticulação de sua forma de governo, e a questão não é a posição guarani contra o Estado, mas sim o inverso: o Estado, que violentamente ameaça os Guaranis. Prova disso, nas três cidades Foz do Iguaçu, PR, Ciudad del Este, PY e Puerto Iguazú, AR, não é difícil ver nas ruas os Guaranis com seus filhos nos braços pedindo ajuda debaixo de um sol escaldante, casas e semáforos, e assim está estabelecido o cenário do descaso sociopolítico. Nesse sentido, Nascimento e Costa (2016), mencionam que,

Entretanto, este modo de viver no decorrer dos séculos sofreu modificações e adaptações para a quase totalidade dos povos indígenas, pois muitas etnias foram expulsas de suas terras. Desse modo, na atualidade, o modo de viver e sobreviver dos indígenas está imensamente diferenciado, com muitos indígenas exilados de seu habitat e de sua cultura. Não é incomum encontrarmos indígenas morando nas margens das estradas, mendigando nas periferias das grandes metrópoles e cidades, viciados em bebidas, exercendo atividade de artesanato, envolvidos à prostituição, etc. Em meio a esses flagelos e distorções sociais, dá-se o processo de construção social da infância das crianças indígenas permeado por deformações, por estar

calçado historicamente em referências que perpetuaram as bases excludentes daqueles que apresentam diferenças. Neste ponto, identificam-se fatores como raça, gênero, origem, classe social e etnia, que lastreiam a base do sistema de exclusão e desigualdade, que às vezes se manifestam em forma de preconceito, racismo, sexismo, exploração sexual, violência doméstica e nas piores formas de trabalho infantil (NASCIMENTO e COSTA, 2016, p. 147).

As ruas ainda mostram o indígena colorido que fomenta o turismo nos muros, em pontos estratégicos como no Bosque Guarani no centro de Foz do Iguaçu e na Praça da Paz, que conta a Lenda das Cataratas do Iguaçu, no centro do município. Podemos ver, uma analogia destas representações em outras cidades com presença indígena no Brasil, como menciona Soares:

Dentre este artefato, os murais grafitados como representações de indígena da cidade de Manaus, por seu destaque em tamanho e localização, tem um alcance abrangente. Daí a importância de se discutir sobre o tema e aproveitar oportunidade para análises discursivas que levantem reflexões sobre o ser índio da (na) cidade (SOARES, 2020, p. 42).

Neste espaço de fronteira, o turismo tem um longo histórico de usurpação, mostrando o indígena que gera capital e, em muitos casos, não tem sequer um reconhecimento monetário para o próprio povo aqui esboçado, vítima da exploração. Como menciona Mauro,

Para os adeptos do Turismo alternativo o que faz das populações tradicionais e ainda dos povos indígenas por si só um atrativo turístico é justamente a sua diferença a singularidade que lhes confere uma identidade própria, autêntica e não simulada e estereotipada. O exotismo ético dos nativos acabam sendo o próprio objeto de interesse do turista, e muitas vezes, quando menor o grau de transformações culturais que determinada sociedade nativa apresenta, maior é a atração que é despertada no turista, pois a compreensão que o turista geralmente tem acerca das populações tradicionais, e mais intensamente dos indígenas, está fortalecendo permeada por uma visão, digamos romantizada (MAURO, 2007. p.27).

É no mínimo difícil de entender como os espaços de fronteira são dotados de olhares turísticos e distrações na mesma direção, um misto de entretenimento junto a uma injustiça social que insiste em perdurar independentemente dos governantes que entram e que saem do poder. Seguem, abaixo, imagens que fomentam o turismo na tríplice fronteira e do mosaico e dos grafites que estão nos espaços em Foz do Iguaçu-PR.

Imagem 1: Marco das Três Fronteiras



Fonte: elaborada pelo autor (2026)

A Tríplice Fronteira brasileira é um espaço que o personagem mais famoso não são os donos da terra e sim, o europeu Álvaro Cabeça de Vaca, o que acaba desentendo da história dos povos que aqui residiam e residem. Bem como os monumentos que compõem todo o cenário do Marco das Três Fronteiras.

Imagem 2: Marco das Três Fronteiras Naipi e Tarobá.



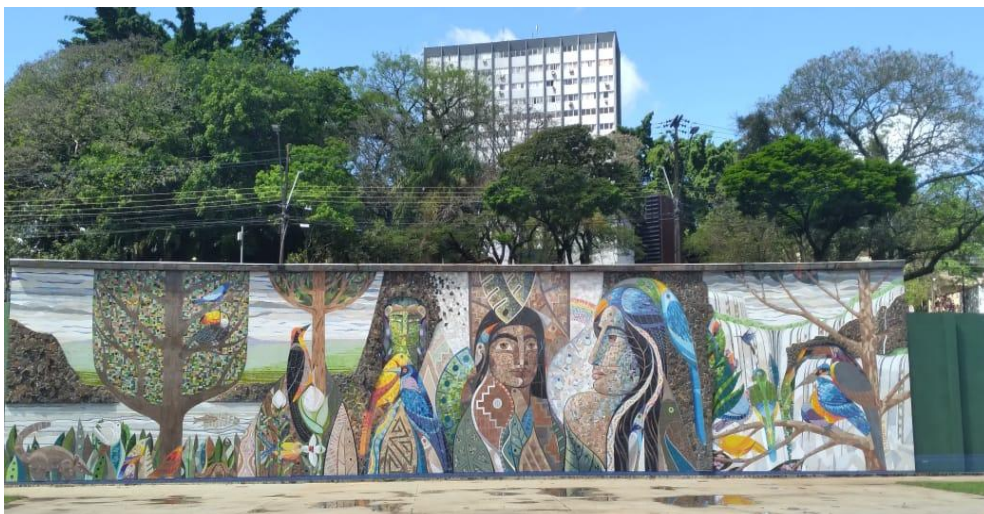
Fonte: elaborada pelo autor (2026)

Imagem 3: Espaço Indígena silenciado.



Fonte: elaborada pelo autor (2026)

Imagem 4: Mosaico na Praça da Paz



Fonte: elaborada pelo autor (2026).

Imagem 5: Avenida Tancredo Neves



Fonte: elaborada pelo autor (2026).

3.1 OS ESPAÇOS GERADORES DE APAGAMENTO HISTÓRICO DOS POVOS ORIGINÁRIOS.

Com um horário extenso de visitação ao público de vários países, a Hidrelétrica Binacional de Itaipu, antes de apresentar as dependências da exorbitante arquitetura, aos visitantes é exibido um filme exaltando os números alcançados no decorrer do seu funcionamento. Em seguida, os turistas embarcam em um ônibus com uma guia que, no trajeto do território binacional, vai explicando cada seção e sua importância. Mas, para o turismo, não cabe externar todo o desfecho da construção da arquitetura que se estendeu invadindo terras ocupadas por aldeias indígenas, desterritorializando dezenas de famílias de seus espaços legítimos, e causando também fortes impactos ambientais. Dessa maneira, Recalcatti (2020) ressalta que:

Ao estudar o processo histórico de ocupação do Oeste do Paraná, no que diz respeito à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, é salutar, de imediato, referendar os estudos referentes à formosura natural que eram as Sete Quedas, inundadas, para que ocorresse ao aproveitamento energético dos Saltos das Sete Quedas, localizadas no Rio Paraná, no município de Guaíra. De beleza exuberante, infelizmente hoje não mais vista, por ocorrência do reservatório da usina, com o fim das Sete Quedas, perdemos um dos mais belos patrimônios naturais do planeta. Em nome do progresso econômico, construiu-se a Hidrelétrica de Itaipu. Evidentemente, muitos afirmam que Itaipu é a principal hidrelétrica brasileira, uma das maiores do mundo. Mas, certamente, o mal causado a um patrimônio natural, e que foi perdido para sempre, é irremediável (RECALCATTI, 2020, p. 39-42).

Além disso, há descaso contra os povos originários, juntamente com a fauna e a flora. Druciaki (2019) destaca que a exclusão desse processo aconteceu de forma contraditória, pois as transformações promovidas no meio ambiente, na paisagem e no território tiveram caráter definitivo e não puderam ser revertidas. No lado brasileiro, 16 municípios foram atingidos passando a ser reconhecidos como “municípios lindeiros” ao lago de Itaipu. Nesse contexto, 8.272 propriedades localizadas na margem esquerda (Brasil) e 1.200 na margem direita (Paraguai) foram desapropriadas. Ao todo, cerca de 42 mil pessoas foram retiradas de suas terras no extremo oeste do Paraná, sendo a maioria formada por agricultores. Além deles, também foram afetadas comunidades tradicionais de pescadores e indígenas do povo Guarani, cuja forte relação cultural, simbólica e afetiva com o território tornou esse processo ainda mais difícil de compreender e aceitar. Druciaki corrobora dizendo que,

Ainda sobre as sete quedas sendo a grande maioria, agricultores. Soma-se a esses, comunidades tradicionais de pescadores e indígenas do povo guarani, cujos valores e sentidos por seu vínculo ao lugar, fez com que tal processo fosse incompreensível. Nesse sentido, o projeto de Itaipu resultou em consequências sociais e territoriais irreversíveis aos municípios diretamente impactados. A expropriação previa que os proprietários de terras próximas ao Rio Paraná, bem como aquelas situadas nos seus afluentes cuja altimetria fosse inferior à cota de até 225 metros, fossem removidos e indenizados. Pouco tempo antes de iniciar o alagamento das áreas em 1980, apenas 60% dos atingidos haviam sido indenizados. A longa espera pelo ressarcimento, e/ou o recebimento de indenizações muito abaixo do valor vigente, impossibilitou muitos agricultores a se reestabelecerem no mesmo modo produtivo. Tampouco favoreceu a permanência desses na mesma região, fragmentando assim as relações sociais comunitárias na medida em que houveram migrações para áreas urbanas ou terras mais distantes. Tratou-se de um processo ora voluntário, mas principalmente forçado, da perda de territórios, havendo desenraizamento involuntário que conduziram à perda de autonomia no que se refere a apropriação simbólica e funcional de seus espaços, o que

segundo Haesbaert, consiste no processo de desterritorialização (DRUCIAKI, 2019, p. 4).

Quando visitamos algumas aldeias guarani nos entornos da fronteira, parece ter ocorrido ontem estas desocupações de terra, pois ainda está muito acesa a memória dessa dispersão. Conta-se esta história com muita tristeza devido a tanto descaso das autoridades de antes e de hoje. Diante disso, Santos, diz que,

Como acontecimento singular por entre o multiculturalismo, aponto a firmação do cacique Guilherme sobre a formação do Lago de Itaipu: “parecia um dilúvio... a água tomou tudo o que tinha lá”. O líder indígena se referia ao alagamento e perda da terra com um linguajar mitológico. Ao mesmo tempo, o como a reterritorialização foi problematizada, cujos actantes (Certeau) tiveram que reconstruir criando novos itinerários. O cacique vive na reserva Reserva Ocoí, uma faixa de terra de 256 hectares às margens do Lago Itaipu. Um grupo de 145 avá-guaranis está assentado na reserva Tekohá Añetete, uma área de 1.780 hectares, distante 15 quilômetros da cidade de Diamante do Oeste. Pretende-se demonstrar com fontes orais e visuais os modos de articulação da memória passada e os ícones do tempo presente, especialmente os educativos desenvolvidos no interior da Aldeia e do como o Cacique como guardião de memória (SANTOS, 2015, p. 1).

Contudo, as décadas se passaram, mas não houve mudança de pensamentos. Mudam-se as autoridades, novas promessas surgem, porém, não existe uma mudança completa de consciência relevante para que o descaso dessa atrocidade berrante descrita em murais, em falas e programações (monetárias) não cubra a obscuridade de destruição territorial que atravessa décadas e famílias originárias.

3.2 DESMEMÓRIA INDÍGENA EM TRÊS LAGOAS (GLEBA GUARANÍ)

A observação antropológica aqui proposta está localizada no município de Foz do Iguaçu no bairro Gleba Guarani, situado junto ao bairro Três Lagoas. O bairro está a 10,7 km da Unila e 5 km da BR. 277. Este bairro guarda muitas histórias de descasos dos indígenas. Depois do alagamento da ITAIPU BINACIONAL, os indígenas ocuparam esta localidade, mas com a chegada das estradas, loteamentos e os homens com as suas casas e comércios aumentaram o bairro cortando as árvores e, assim, destruindo o espaço ideal desses povos. Por conta disso, os indígenas migraram para a BR-277 e para o país vizinho, a Argentina. Abandonando o espaço onde já estavam estabilizados como Aldeia e o cemitério, que hoje se encontram cercados por arames para se tornarem uma área privada. Neste sentido, De Oliveira corrobora que

Na década de 70 a expropriação se efetivou quando as terras foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com a anuência da Fundação Nacional do Índio (Funai), em benefício de não indígenas que haviam invadido a terra. Atualmente os Guarani denominam de Tekoha Kuê, onde kuê significa algo que ficou no passado, que não existe mais, terras (DE OLIVEIRA, 2022, s/p).

Durante a observação em busca de mais informações sobre as terras guarani e sobre o apagamento histórico, percebe-se que a região é um misto de paisagem junto às arquiteturas antigas, como uma fazenda que, em seu quintal, transitam alguns animais, como, por exemplo, vacas, frangos e alguns animais de estimação e, na mesma estrada, a modernidade da arquitetura, exibindo as suas construções com vidraças e paredes projetadas em um valioso sobrado. Já na entrada do bairro Três Lagoas, os imóveis dividem espaço com uma imensa plantação de milho e as enormes torres da Itaipu que atravessam as terras devastadas que hoje foram transformadas em plantações. No início do bairro Três Lagoas, uma senhora que me passou informações sobre os antigos donos daquela localidade, que no caso dessa pesquisa são os indígenas guarani (Mbya e Nhandéva/Ava Guarani), me disse que não tinha conhecimento de tal informação. Sendo assim, então perguntei sobre o ponto de partida que eu tinha, que era sobre a Cerâmica Santa Rita, onde se localizava a aldeia. Ela me informou que seria aproximadamente 2 km à direita da Avenida Principal. Rumo à Olaria Santa Rita, entrei na avenida principal e ali, localizei o rio que cortava toda a Gleba Guarani, cercado por grades que o protegiam do asfalto. Dele, percorria um extenso duto de água potável para o abastecimento da localidade. Esse cenário mostra o poder da urbanização e colabora para o processo do esquecimento dos povos antigos que ali habitavam. No trajeto encontrei um jovem senhor, que aparentava ter mais de 45 anos e puxava um carrinho de material reciclável. Perguntei-lhe sobre o espaço e o cemitério dos indígenas que ali havia. Surpreendentemente, me afirmou que realmente ali havia um local onde eles viveram e eram sepultados, porém hoje é um lugar restrito que não se encontra mais nada. Segundo o Sr. Ângelo, o local onde era o cemitério guarani fica atrás de um ponto de ônibus, cercado por arames de um lado e, do outro, por uma instituição religiosa. Segui em frente para conhecer a Olaria Santa Rita, onde houve presenças indígenas. Chegando na olaria Santa Rita, que é um espaço inativo e em ruínas e de grande extensão, situada na Avenida Irio Manganelli. Ao seu redor, tudo é cercado de chácaras com placas que proíbem a pesca em um rio que passa na propriedade privada e pastos com cercas de arame. Consegui ter uma breve conversa com um jovem senhor que saía no momento da Olaria, que não me permitiu tirar fotos de dentro da propriedade, mas somente da rua. Monumento este, que retrata um símbolo como um dos mais imponentes apagamentos históricos dos povos indígenas nesta localidade, ou seja, ocupou o espaço sagrado, no qual os indígenas enterravam seus antepassados queridos. Osmarina de Oliveira (2022), menciona que,

A construção desse galpão foi realizada nas proximidades do cemitério indígena e teria sido um dos primeiros invasores da terra indígena. O ex vereador Lobato Machado, cita em entrevista que quando esteve no cemitério Guarani localizado próximo à olaria, o pessoal da

olaria o teria ameaçado, o que levou à desistência de continuar o processo do tombamento do mesmo. Naquele ano o cemitério ainda não estava aterrado, pois foi possível encontrar restos de cerâmica dos enterramentos (OLIVEIRA 2022, p. 126).

Seguindo em busca de mais informações na Gleba Guarani, obtive informações de duas senhoras moradoras antigas; uma delas é professora que leciona na escola da localidade Olavo Bilak, que me forneceu um relato importante. Disseram que os indígenas viviam em toda a extensão de Três Lagoas; por isso, essa é gleba guarani, onde hoje fica localizada a Cerâmica e, em outro bairro chamado Guatuba 1, onde hoje se encontra um extenso condomínio e, do lado, um canteiro de obras de construção de casas populares do condomínio Residencial Granville, um programa do governo do estado do Paraná e do governo federal, “Minha Casa, Minha Vida”. Esses programas de governo não param de crescer cada dia, dando mais voz ao capitalismo e, simultaneamente, fortalecendo o apagamento dos primeiros moradores que ali viviam e, como se não bastasse, não se ouve falar em nada na região sobre reparação histórica.

Imagem 6: Rio particular Gleba Guarani – Três Lagoas



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Imagem 7: Cerâmica Gleba Guarani – Três Lagoas



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Imagem 8: Residencial Angatuba I – Antigo espaço de encontro entre indígenas e homens branco



Fonte: elaborada pelo autor (2026).

3.3 O BOSQUE GUARANI

O Bosque Guarani é um espaço que tende a um apagamento evolutivo porque sua representatividade tem mais a ver com o turismo do que com a própria memória dos guaranis. A apropriação simbólica neste espaço tem ultrapassado décadas e se espalhado para diversos países e estados que passam por aqui. Segundo a Prefeitura de Foz (BRASIL, 2022):

O Bosque Guarani possui uma área de 4,5 hectares, remanescente da Mata Atlântica, que abrigou o Zoológico Bosque Guarani entre os anos de 1996 e 2022. O espaço já recebeu algumas obras de melhorias, como a reforma do Centro de Educação Ambiental do Iguaçu e a construção de banheiros públicos, com a proposta de torná-lo um Parque Urbano para que a população desfrutar de lazer em meio à vegetação natural, bem como de sensibilização em relação à importância da conservação ambiental. Em breve, será iniciada reforma nas calçadas e trilhas do Bosque, além da adequação das rampas e escadas, a fim de tornar o local mais acessível e com melhores condições de uso (BRASIL, 2022).

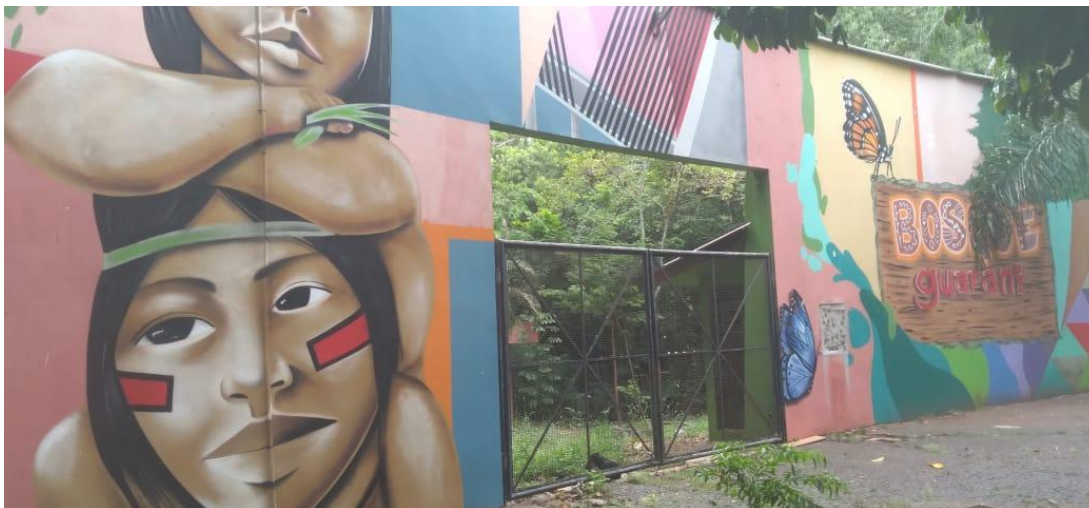
Para ser bem específico, minha observação está localizada no bairro Jardim Festugato, no centro de Foz do Iguaçu-PR, nas proximidades do Bosque Guarani, que ocupa todo o quarteirão. Hoje, no ano de 2026, segundo a matéria de revitalização do bosque, o cenário é bem diferente. Em frente ao portão principal, está localizado o endereço oficial na Rua Tarobá, 875. À sua esquerda, está localizada a Rua Men de Sá, ao lado do posto da Avenida República Argentina. Uma das primeiras vezes que visitei o Bosque Guarani, ele era um lugar com um fluxo bem considerável de pessoas de vários municípios, estados e países. Assim era aquele espaço turístico, com trilhas que levavam a admirar vários animais e dentre eles, a onça-preta e a onça-pintada, além de algumas espécies de macacos diferenciados e um lago em que habitavam tartarugas, cágados e jacarés e, em grandes gaiolas, corujas e diferentes pássaros que viviam dentro e fora das grades. Em cada canto, um grupo de treze amigos do Estado do Rio de Janeiro e eu, em uma visita, pudemos admirar aquele pequeno espaço de Mata Atlântica. E, no final da trilha, havia um espaço para tirar fotos com o próprio rosto; porém, o corpo era uma pintura de um corpo de um indígena. Uma sala era reservada para expor a cultura indígena através dos artesanatos, instrumentos de pesca e caça e relatos da vida comunitária. Hoje, a história é bem diferente. Em minha observação, me deparei com o portão principal totalmente trancado a cadeado e correntes. Um imenso abandono, apesar de seus muros de entrada apresentarem belas pinturas que trazem uma apropriação simbólica da memória cultural dos povos: uma bela mãe indígena levando seu filho no ombro, uma autêntica representação dos povos originários. Encontram-se, também, pinturas que enfatizam a existência da Usina Binacional de Itaipú, a Ponta da Amizade (BR/PY), as Cataratas do

Iguaçu, bem como a representação da flora na figura de uma árvore frondosa e da fauna na figura de um quati. Andando em volta do Bosque, percebemos a economia fervilhando: hotéis que incentivam o turismo, escritório de advocacia, consultório médico infantil e casas duplex com suas grades altas que dividem espaços com uma gigantesca Igreja Adventista que, acoplada ao seu espaço, possui uma escola do mesmo segmento. Na mesma rua há um prédio com uma arquitetura árabe que se destaca por sua visão panorâmica do Bosque Guarani. Nesta observação, caminhando pelo quarteirão, na calçada, o bosque retrata o descaso com o patrimônio. Já na entrada principal, os bancos quebrados necessitam de reforma, matos invadindo a calçada, árvores, o alambrado enferrujado, o portão com cadeados e com as correntes enferrujadas e portões com buracos nas suas grades. Como se não bastasse, também encontramos pessoas em situação de rua e, ali, identifico uma cabana em que vive um senhor já há bastante tempo. Já dentro do bosque, observado por fora, alguns pássaros sobrevivem entre os prédios do centro da cidade e as árvores; os gatos e cachorros abandonados tomaram os lugares dos animais enjaulados. A partir dessa observação, noto que quando está sob a responsabilidade de um sistema capitalista, espaços como este de extensão da Mata Atlântica correm o risco de um descaso ecológico. Porém, quando está sob as posses dos povos originários, se tem uma coerência em conservação harmoniosa da natureza. Neste sentido, Parellada (2006) diz que,

Em relação a plantas e animais, o saber indígena foi o que mais contribuiu para o cotidiano e a qualidade de vida dos paranaenses. A grande quantidade de pinheiros araucária, palmeiras e árvores que fornecem frutas, como a pitanga, jabuticaba, guabiroba e araçá, foi originada pelo manejo ambiental dos índios. Ainda existe grande diversidade de plantas medicinais cujos benefícios ainda estamos aprendendo. Esse saber vem da cultura indígena (PARELLADA, 2006).

Seguindo do lado esquerdo, de frente para a Avenida República Argentina, há uma portaria no bosque que funciona em horário comercial. É uma portaria que contrasta com o abandono, pois é um lugar de um espaço que foi revitalizado para dar resposta ao público, segundo uma informação que o Sr. Amaro, um ex-militar que vive há três meses próximo do bosque, nos trouxe.

Imagem 9: Bosque Guarani



Fonte: elaborado pelo Autor (2026)

Imagem 10: Ruínas no Bosque Guarani



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

3.4 APAGAMENTO EM PORTO BELO

Durante uma visita técnica em um local conhecido como lixão sanitário no bairro de Porto Belo, que fica localizado em Foz do Iguaçu - PR, meu objetivo foi observar um espaço no qual foi iniciada a história dos povos Guarani que ali habitavam e nos tempos atuais sofrem um apagamento regado de descaso; sobretudo, de uma ganância dos espaços onde os verdadeiros donos foram sendo expulsos simplesmente por terem sua terra natal localizadas às margens do rio Paraná, que divide o Brasil e o Paraguai. Segundo Parellada (2006),

Os ancestrais dos índios Tupi e Guaraní apareceram em território paranaense há dois mil anos, provavelmente vindos da Amazônia. De início, eles ocuparam os vales dos grandes rios e depois, praticamente, todo o espaço geográfico que hoje forma o Estado do Paraná, inclusive o litoral, porque preferiam áreas da mata atlântica e da floresta pluvial tropical. Na tradição arqueológica tupi-guarani, está presente a cerâmica decorada, com pinturas geométricas, vermelhas e pretas sobre engobo branco, ou incisões e marcações com unhas e a polpa dos dedos. Nessa cultura, eram comuns os cachimbos cerâmicos assim como era hábito beber a erva mate (ka'a) com água, fria ou quente, tradição assimilada pelos grupos colonizadores europeus. Lâminas de machado polidas e lascadas, além de lascas de pedra eram usadas para descarnar animais e desbastar madeira. Os Guaraní eram agricultores. A base de sua alimentação provinha do cultivo de mandioca, milho, batata-doce e feijões; pesca, caça e coleta de frutos; raízes e mel. Moravam em aldeias com formato circular, onde viviam até trezentos índios, em grandes casas comunais, geralmente cinco a seis, sem divisões internas. Em cada uma moravam de vinte a trinta pessoas (PARELLADA, 2006, p.30).

Segundo Brighenti (2025),

O campo-santo é um local de memória vital que conecta os indígenas com o passado e a ancestralidade. Ele enfatiza que o apagamento desses locais implica no apagamento da memória do próprio povo indígena. [...] que muitos cemitérios ficaram submersos com a construção de Itaipu na década de 1970 e que a atual geração tem o dever de proteger essa memória e os antepassados. [...] enquanto para os não indígenas o cemitério é visto como um depósito, para os povos indígenas existe um vínculo de ancestralidade, memória, história e continuidade do tempo presente”. Ele defende a proteção, reconhecimento e valorização do campo-santo, o que também contribui para reconhecer a importância da história regional de Foz, que não começou apenas com a chegada dos militares no século XIX.

Um morador da localidade de Porto Belo, com mais de 35 anos, residente ali, me relatou que veio do Paraguai com seus 8 anos e que o cemitério acolhe seus avós e que, sempre que o mato crescia, ele fazia a manutenção do espaço onde seus parentes estão enterrados. Com o passar do tempo, aquele lugar foi invadido por um lixão, desrespeitando a memória dos entes queridos e, mais adiante, aquela localidade se transformou no aterro sanitário em que, segundo ele, a forma desordenada de tratar o lixo acabou poluindo as águas do rio Paraná. Hoje ele diz que não faz ideia de em que posição se encontram os túmulos dos avós e dos seus parentes que ali se encontravam. O morador diz que foram pegos de surpresa quando o lixo foi tomando conta do espaço e que foram tomados de intensa tristeza pelo descaso com seu povo. Diante disso, Paro (2025) diz que,

Um antigo cemitério indígena desafia o tempo e resiste como fiapo da história na atual área do aterro sanitário de Foz do Iguaçu, no Porto Belo, Região Norte da cidade. Não há informações precisas sobre a origem do cemitério, mas sabe-se que uma pequena comunidade de guaranis que vivia na área sepultava os mortos no local. Com o tempo e o avanço da urbanização, o espaço ocupado pelo cemitério foi tomado pelo aterro, e o acesso para visitar os túmulos não é mais permitido. A história do lugar é tão misteriosa quanto a vida após a morte, e desvendá-la é como montar um quebra-cabeças que ainda tem peças faltantes. Pouco se sabe sobre a origem e a data em que os sepultamentos tiveram início (PARO, 2025).

Este esquecimento tem sido cada vez mais notório para alguns novos moradores que vivem em seu entorno. A primeira informação que obtive de um senhor que vive ali há mais de 20 anos foi surpreendente: “Aqui não existe nenhum cemitério indígena, somente um lixão sanitário. E, se fosse cemitério, seria um cemitério brasileiro e não indígena”. Apesar de não entender onde ele quis chegar, agradei a informação e segui em frente. No caminho, me deparei com um senhor, que é um corretor de imóveis, que também não tinha conhecimento da história guarani no lugar e me orientou a perguntar a moradores que vivem em chácaras, por serem mais antigos na localidade. Depois de caminhar alguns metros, encontrei uma chácara que beirava o rio Paraná. Um morador que aparentava 80 anos me deu algumas informações sobre o assunto, informando que o cemitério dos antigos moradores está localizado dentro do lixão sanitário. Em entrevista (2025), a professora Joana Mongelos Evangelista (hoje mora atualmente em Florianópolis — veio a Foz para ministrar aulas de Língua Guarani na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)). Ela relata que:

Lembro-me de minha mãe levando flores para homenagear o meu avô e tios no Campo Santo. Ela é descendente dos indígenas guarani que vieram do Paraguai e que viveram nesta área que hoje é denominada Porto Belo, mas na época era conhecida como Segundo Distrito. Ela ainda diz que, o cemitério era exclusivo dos guarani porque naquela região, até então, não havia pessoas brancas morando (Joana Mongelos Evangelista entrevista do autor, maio 2026).

Nas memórias dela, ainda estão vivas as cenas da mãe limpando túmulos e voltando chorando após homenagear os parentes sepultados lá. O antigo morador comenta que ouvi falar deste cemitério há mais de 40 anos e segue dizendo que a prefeitura de Foz do Iguaçu, tempos atrás, queria removê-lo, mas não encontrou os parentes que, segundo ele, uma parte está espalhada por Marechal Rondon. Ainda segundo o site da Prefeitura de Foz do Iguaçu, esta área está isolada e preservada. O secretário municipal do Meio Ambiente, Idelson Chaves, declarou que, segundo dados obtidos pelo departamento, o cemitério foi encontrado entre os anos 2000 e 2004. Após essa data, a área foi murada e isolada. Localizada dentro de uma zona de preservação ecológica, possui seis sepulcros e está a aproximadamente 200 metros da beira do Rio Paraná. Chaves também recebeu a informação de que, no passado, havia pessoas que visitavam o cemitério para realizar orações. Atualmente, o acesso é restrito, pois o local se encontra na área do aterro sanitário da cidade, que abrange cerca de 502 mil metros quadrados. Depois dessa informação, fui até a entrada da portaria do lixão sanitário e perguntei sobre o cemitério e se poderia tirar foto, mas o porteiro, de forma educada, não permitiu e disse que não tem informação alguma sobre qualquer cemitério. Naquela região de observação, que se estendeu em todo ao redor, houve vários elementos que colaboraram para um avanço que aponta para o apagamento. De um lado, um pasto com algumas cabeças de gado, e, de outro lado, o loteamento Jardim Itália,

com terrenos à venda, com asfalto cortando áreas que dividem os terrenos e com um resquício de plantação de soja. O apagamento acontece, nesse aspecto, quando as formas atuais de ocupação começam a dominar o espaço físico e simbólico antes relacionado à presença indígena, fazendo com que essa presença não seja mais vista na paisagem do dia a dia. A terra é identificada principalmente por sua função produtiva, imobiliária ou econômica, enquanto as histórias, os usos tradicionais, os locais de circulação, os espaços de moradia, os cemitérios e outras referências ligadas aos povos que viveram naquele território podem deixar de ser reconhecidas socialmente.

A plantação de soja, por exemplo, altera de forma significativa a paisagem e dá ao território uma nova função econômica. Uma área que antes poderia estar ligada a práticas de circulação, ocupação ou uso indígena é vista como área agrícola. Assim, não é só a paisagem física que é alterada: muda-se também a forma como o território é interpretado e lembrado. O espaço é associado à produção agrícola, enquanto sua história anterior pode permanecer invisível. Um processo parecido pode ser notado na expansão dos loteamentos. A transformação de áreas rurais em espaços para construção de moradias cria uma nova configuração territorial, com ruas, terrenos, casas e novos limites de propriedade. Essa reorganização pode ajudar a interromper ou tornar menos visíveis antigas referências territoriais indígenas. Portanto, a construção do espaço urbano não é apenas uma mudança física, mas também uma mudança nas narrativas sobre aquele lugar: o território é apresentado como um novo espaço de ocupação, mesmo quando existem histórias anteriores ligadas à presença indígena. A criação de gado também contribui para essa transformação ao dar ao território uma função produtiva específica. Grandes áreas passam a ser identificadas pela atividade pecuária, e os elementos que poderiam remeter às ocupações indígenas anteriores podem desaparecer ou deixar de ser reconhecidos. O resultado é uma paisagem onde a presença indígena não necessariamente deixou de existir, mas deixou de ser facilmente percebida. É exatamente nessa diferença entre a existência histórica da presença indígena e sua visibilidade no presente que o conceito de apagamento se torna crucial para esta pesquisa. O apagamento não implica que a memória indígena tenha sido completamente eliminada, mas que ela pode ser progressivamente encoberta por novas formas de ocupação, novas narrativas e novos usos do território. Assim, a paisagem observada durante o trabalho de campo pode ser entendida como um documento das transformações históricas que ocorreram no território. A soja, os loteamentos e a criação de gado representam usos contemporâneos da terra, mas também revelam um processo onde diferentes formas de ocupação foram se sobrepondo às anteriores. Quando essa sobreposição ocorre sem que a presença e a história dos povos indígenas sejam reconhecidas, o território começa a se apresentar como se sua história iniciasse com as

formas atuais de ocupação. Nesse sentido, a questão discutida não está apenas na presença da agricultura, da pecuária ou da urbanização, mas na história que possibilitou a mudança do território e, ao mesmo tempo, ajudou a tornar menos evidentes as relações indígenas que existiam anteriormente com aquele espaço. É nessa perspectiva que a mudança territorial se relaciona ao apagamento indígena: ao alterar a paisagem, mudar os usos da terra e criar novas histórias sobre o lugar, também pode ajudar a encobrir as narrativas daqueles que antes viveram, circularam, utilizaram e atribuíram a si. Nesse sentido, os Guarani declaram:

Historicamente, nosso povo foi forçado a deixar os territórios nativos e foram obrigados a viver em oito Reservas Indígenas em MS. Tudo o que pertenceu aos nossos avós e bisavós e demais ancestrais foi loteado, saqueado e roubado, e assim se formaram grandes fazendas, cidades e imensas plantações de soja, milho e cana-de-açúcar. Hoje, nitidamente segue o projeto de exploração e destruição do que resta da terra, assim como dos rios para irrigar as monoculturas do agronegócio. Nossos territórios continuam a ser envenenados, inclusive através de ataques químicos contra nossas comunidades (O.K.A., 2022, p. 05).

Ainda nesse campo, e baseada em uma ligação telefônica com a professora Joana Evangelista, testemunha ocular da época da ocupação em Porto Belo, ela discorre com tristeza em seu tom de voz: tenho muito a comentar sobre este lugar, onde não apenas o cemitério, mas também uma grande área do começo do bairro Porto Belo, que vai até um pequeno aeroporto e que se estende até a beira do Rio Paraná. Toda essa área foi retirada do povo guarani quando chegaram os colonizadores, o homem branco, que construíram a BR e, em seguida, ergueram a Itaipu (Joana Mongelos Evangelista, entrevista do autor, maio 2026). A professora finaliza dizendo que sua avó materna faleceu aos 108 anos e vivia nesta região, que era habitada somente por Guarani, até que o pior aconteceu: a invasão dos homens e das máquinas. E, após tudo isso, nada mais foi igual.

Imagem 11: Aterro Sanitário em Porto Belo



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Imagem 12: entorno do Aterro Sanitário – Porto Belo



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Imagem 13: Plantação de soja – Porto Belo



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

3.5 ITAIPÚ BINACIONAL E O RECONHECIMENTO

Atualmente, apesar de vários mecanismos de deturpação da cultura indígena, ainda assim, estão surgindo algumas iniciativas de reparação histórica à memória das nações indígenas. A mídia tem divulgado as particularidades culturais e as influências indígenas, tanto na arquitetura, culinária, música, esportes e política quanto em outros segmentos. Já aqui na Fronteira, a Itaipu Binacional emitiu uma nota de perdão aos povos Avá Guarani. Diante desses fatos, por meio do presente ato,

O ESTADO BRASILEIRO, representado pela União, FUNAI, INCRA e ITAIPU BINACIONAL (margem esquerda), reconhecem os impactos ocasionados às comunidades indígenas Avá-Guarani do oeste do Paraná antes e durante o processo de idealização e construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e expressam publicamente tudo que foi suportado

pelas comunidades indígenas, submetidas a deslocamentos, perda de territórios sagrados e impactos em suas formas de vida e expressões culturais ao longo de todo esse período. Reconhecem, portanto, que a formação do reservatório e a subsequente expropriação de territórios contribuíram para desestruturar suas formas de vida e subsistência, ocasionando significativos impactos sociais, econômicos e culturais. Por este ato, o Estado Brasileiro e Itaipu Binacional (margem esquerda) reconhecem suas responsabilidades e se desculpa publicamente pelas violações de direitos humanos cometidas contra o povo Avá-Guarani no processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, divulgando esses fatos à sociedade no intuito de honrar a memória das vítimas que tiveram sua dignidade, identidade cultural e existência sistematicamente negadas e, em última instância, tiveram suas vidas destruídas. Por fim, se comprometem a efetuar medidas concretas de reparação e preservação da memória histórica dos acontecimentos, como mecanismo de não repetição, fortalecendo o Estado Democrático de Direito no país (COLOMBO *et. al.*, 2025).

Nesse sentido, essa reparação se configura, então, como um marco histórico de justiça de transição no Brasil. Sendo consolidada em março de 2025, após 5 décadas de violação e disputas, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou um acordo para indenizar e reestruturar as comunidades afetadas pela construção da usina nos anos de 1970 e 1980. O acordo destina cerca de R\$ 240 milhões para aquisição de 3.000 hectares de terras rurais, localizados no oeste do Paraná e, assim, as comunidades desalojadas, serão reassentadas. Esse pedido de desculpas não ficou apenas documentado publicamente, mas também trouxe dignidade imediata enquanto o plano territorial macro é executado, segundo o site oficial da Itaipu Binacional. Segue abaixo a foto cópia do pedido de desculpas do Estado brasileiro ao povo Avá-Guarani:

Imagem 14 – Foto cópia do pedido de desculpas aos povos Avá-Guarani.



PEDIDO DE DESCULPAS DO ESTADO BRASILEIRO AO POVO AVÁ-GUARANI

Pelas graves violações de direitos humanos sofridas pelo povo indígena Avá-Guarani durante a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu no lado brasileiro.

Representado pela União, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Estado Brasileiro e a Itaipu Binacional (margem esquerda) reconhecem publicamente e pedem desculpas ao povo Avá-Guarani, do oeste do Paraná, pelos danos e violações de direitos humanos ocorridos durante a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu nas décadas de 1970 e 1980.

O presente pedido resulta de acordo firmado pelas partes perante a Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF/CGU/AGU) e homologado judicialmente na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.555, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), ajuizada por iniciativa do Ministério Público Federal (MPF) e das Comunidades Avá-Guarani, com o objetivo de promover a reparação às comunidades indígenas Avá-Guarani do oeste do Paraná, tendo como um de seus requerimentos que "segundo as recomendações da Comissão Nacional da Verdade", o Estado brasileiro, realize "Pedido público de desculpas do Estado brasileiro aos povos indígenas pelo esbulho das terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos ocorridas sob sua responsabilidade direta ou indireta no período investigado, visando a instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos." [...].

Os Avá-Guarani que hoje vivem na região são falantes do tronco linguístico tupi-guarani, que ocupavam no século XV vasto espaço correspondente às atuais regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do território brasileiro. São sobreviventes de um longo processo de expropriação de suas terras e direitos, desde a colonização de seu território de ocupação tradicional até a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu.

Histórico de violações

Entre o final do século XIX e início do século XX, as populações Guarani sobreviventes deste longo histórico de escravização foram empregadas no oeste paranaense na produção de erva-mate e derrubada de madeira. Eles viviam em regime de trabalho análogo à escravidão, ou de escravidão por dívidas, em vastas áreas concedidas pelo Governo Imperial e, posteriormente, pelo Governo Republicano para companhias privadas.

Com o declínio da atividade ervaiteira a partir da década de 1930, teve início um novo padrão de exploração e ocupação do território. Iniciada em 1938, a chamada marcha para o oeste causou a chegada massiva de colonos ao oeste do Paraná. As terras indígenas foram alvo dessa onda neocolonial e passaram a ser tituladas a não indígenas, por meio de iniciativas estatais dos governos federal e estadual, que partiam da premissa de existência de vazio demográfico.

Portanto, a região oeste do Paraná estaria despovoada, cabendo ao Estado ocupá-la como estratégia de desenvolvimento. Contudo, esse pressuposto ignorava a existência dos povos originários que viviam há séculos no território, possibilitando a violação de seus direitos. A invisibilização nas narrativas oficiais e no imaginário social foi acompanhada do apagamento violento de sua existência concreta.

Mesmo existindo leis, desde a Constituição de 1934, que protegiam as terras ocupadas pelos povos originários, bem como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (Funai) negligenciaram a existência dos Avá-Guarani do oeste do Paraná até os anos 1970, não demarcando suas terras. Era comum na época, nas várias esferas governamentais e na sociedade regional, a concepção de que os indígenas deveriam estar confinados em reservas.

Tanto o SPI quanto, posteriormente, a Funai pressionaram os Avá-Guarani a deixarem suas terras e a migrarem para reservas indígenas, localizadas a centenas de quilômetros de onde moravam, em muitos casos, para reservas já destinadas a outros povos indígenas. Desse modo, articulada com outras instâncias do Estado a nível nacional e regional, a ação dos órgãos indigenistas contribuiu para o desterro dos indígenas ao negar-lhes o reconhecimento pleno de seus territórios tradicionais. Isto promoveu o seu confinamento em áreas reservadas, com o propósito de disponibilizar terras à colonização, não bastando que a retirada dos indígenas de suas terras fosse proibida pelas leis da época.

Nem mesmo áreas antigas, reconhecidas pela sociedade regional e por agentes do Estado como de ocupação indígena, foram poupadas da espoliação. Casos como o da Colônia Guarani, situada em Foz do Iguaçu, e da área conhecida como Jakutinga - também chamada Ocoi, Jacutinga ou Barra do Ocoi - comprovam essa situação. Ainda que não tenham sido oficialmente demarcadas, embora existam documentos da época que demonstram a intenção do órgão indigenista em demarcá-las, essas terras mantinham condições ambientais consideradas adequadas pelos Guarani para o desenvolvimento de seu modo de vida.

Eram consideradas por eles áreas mais seguras das pressões externas, servindo de refúgio para as famílias Guarani que saíam de outras localidades, em razão das diversas formas de violência sofridas. Em 1976, o Incra, em conjunto com a Funai, destinou as terras da Colônia Guarani para o assentamento de colonos, o que resultou na expulsão das comunidades indígenas.

Construção da Hidroelétrica de Itaipu

Após esse processo contínuo de esbulho das terras indígenas, nos anos 1970, os Avá-Guarani foram confinados nas margens do rio Paraná e logo foram impactadas com a construção da Hidroelétrica de Itaipu.

Iniciadas em 1966 para o aproveitamento do potencial energético do rio Paraná, as negociações diplomáticas entre Brasil e Paraguai culminaram, no ano de 1973, na celebração de um acordo entre os dois países. O acordo previa o represamento do rio e a construção de uma grande usina hidroelétrica, conforme Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973.

No início dos anos 1970, o governo já implementava medidas para deslocar as populações que seriam atingidas pelo represamento do rio, incluindo os Avá-Guarani, aos quais foram negados indenização e reassentamento, pois tais medidas tiveram como pressuposto a existência de "título regular". Evidentemente, os indígenas não possuíam títulos de suas terras e nem território demarcado pelos órgãos indigenistas, sendo apartados das políticas compensatórias e indenizatórias. Ademais, seus últimos refúgios foram utilizados para reassentamento de não indígenas.

Mencionada anteriormente, a Barra do Ocoi foi drasticamente reduzida pelo Incra para a implementação do Projeto Integrado de Colonização Ocoi (PIC-Ocoi), que visava reassentar posseiros que se encontravam instalados no Parque Nacional do Iguaçu, nas áreas de inundação do reservatório de Itaipu. A Funai corroborou com esse processo ao negar a identidade de famílias indígenas que permaneciam no local. Isso os confinou a uma estreita faixa de terra à beira do rio, a Reserva do Ocoi, que se tornou área de proteção permanente com a formação da barragem de Itaipu.

Diante da iminente inundação de várias áreas onde a população Avá-Guarani havia se refugiado, nas margens do Rio Paraná, a Funai estimulou a mudança dos indígenas para reservas Kaingang e outras áreas indígenas no interior do Paraná. Os Avá-Guarani relatam que o exílio em terras de outros povos e a forma autoritária como a Funai administrava estes espaços foi fonte de sofrimento para esse povo.

No processo de desocupação do perímetro que seria alagado pelo enchimento da barragem de Itaipu, equipes do INCRA pressionaram os indígenas para que fossem embora de suas terras. Deste modo, os Avá-Guarani foram expulsos das últimas terras que ocupavam, como a Ocoi Jakutinga e outras pequenas áreas espalhadas pelas margens do Rio Paraná. Posteriormente, a maior parte das terras ocupadas pelos Avá-Guarani foram definitivamente inundadas com o enchimento da barragem de Itaipu.

O alagamento das margens do rio Paraná atingiu as matas habitadas pelos Avá-Guarani e deixou totalmente submersa a maior cachoeira em volume de águas do mundo, a Sete Quedas. O local é sagrado para os Guarani e permitia aos pajés do povo uma conexão com outros patamares habitados por suas divindades. Também o local da Usina destruiu Itaipyte, outro sítio sagrado para os Avá-Guarani, onde os pajés conheciam os caminhos para Yvy Marã'ë'y, ou Terra Imperecível.

O indígena Lourenço Figueiredo relata como foi vivenciar o deslocamento forçado:

"Aqui mesmo, em Dois Irmãos, tinha 70 famílias indígenas. Eu sou daqui de Santa Helena Velha, eu nasci, criei com os indígenas e tudo. Eu era cacique também. Depois veio Itaipu e mandou tudo embora. Não pagou nada, deixou só. A Itaipu chegou e só falou que ia vir a água e que 'pode se mandar'. E o que nós ia fazer? Ficamos triste. Salmos tudo pelo rio Paraná, por outro lado, por Paraguai. Cada um foi pra um lado. Eu fiquei aqui. Itaipu voltou e falou: 'vão embora tudo, a água vem vindo'. O que nós ia fazer? Itaipu disse 'pode sair tudo'. Eu tinha 4 filhos, não podia sair, fui a Santa Helena. Sorte que encontrei o Prates, que era prefeito. Ele me arrumou serviço. Depois mandou tudo embora, não pagou nada nossa terra." (Entrevista concedida por FIGUEIREDO, Lourenço, em junho de 2013. CTI, 2013, p.76.).

Desculpas aos Avá-Guarani

Poucos percebem que o genocídio dos povos indígenas segue se repetindo e que a construção de uma nação democrática depende de uma justiça de transição ampla para com os povos originários dessa terra, alvos da opressão primeira, que deu origem a essa nação. Enquanto não houver esse reconhecimento, a violação histórica é continuada" (Sonia Guajajara, 2014, Discurso no julgamento do caso Aikewara-surui, na Comissão da Anistia).

Como se nota, foram empregadas à época medidas que desconsideraram os direitos, as tradições e os laços espirituais e culturais que os Avá-Guarani mantêm com suas terras ancestrais por força da colonização agrícola do território a partir do início do século XX e depois para a geração de energia elétrica, com a construção de Itaipu.

Diante desses fatos, por meio do presente ato, o ESTADO BRASILEIRO, representado pela União, FUNAI, INCRA e ITAIPU BINACIONAL (margem esquerda), reconhecem os impactos ocasionados às comunidades indígenas Avá-Guarani do oeste do Paraná antes e durante o processo de idealização e construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu e expressam publicamente tudo que foi suportado pelas comunidades indígenas, submetidas a deslocamentos, perda de territórios sagrados e impactos em suas formas de vida e expressões culturais ao longo de todo esse período.

Reconhecem, portanto, que a formação do reservatório e a subsequente expropriação de territórios contribuíram para desestruturar suas formas de vida e subsistência, ocasionando significativos impactos sociais, econômicos e culturais.

Por este ato, o Estado Brasileiro e Itaipu Binacional (margem esquerda) reconhecem suas responsabilidades e se desculpam publicamente pelas violações de direitos humanos cometidas contra o povo Avá-Guarani no processo de construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, divulgando esses fatos à sociedade no intuito de honrar a memória das vítimas que tiveram sua dignidade, identidade cultural e existência sistematicamente negadas e, em última instância, tiveram suas vidas destruídas.

Por fim, se comprometem a efetuar medidas concretas de reparação e preservação da memória histórica dos acontecimentos, como mecanismo de não repetição, fortalecendo o Estado Democrático de Direito no país.

Fonte: Itaipu (2025) <https://www.itaipu.gov.br/>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender o fenômeno do apagamento histórico dos povos indígenas na região da Tríplice Fronteira, com especial atenção ao município de Foz do Iguaçu-PR, analisando as relações entre turismo, memória, território e representatividade. Ao longo da pesquisa, foi possível compreender que o apagamento indígena não se manifesta de uma única forma, tampouco pode ser reduzido à ausência de referências explícitas aos povos originários. Trata-se de um processo que também se manifesta na transformação das paisagens, na construção das narrativas históricas, na seleção dos lugares considerados importantes e na maneira como determinadas memórias são preservadas, enquanto outras permanecem invisibilizadas. A pesquisa permitiu observar que diferentes processos históricos de ocupação e transformação territorial contribuíram para tornar menos visível a presença indígena na região. A paisagem atualmente marcada por plantações, criação de gado, loteamentos, estradas, áreas urbanizadas e espaços destinados ao turismo apresenta-se, muitas vezes, como se sua história tivesse início a partir dessas formas mais recentes de ocupação. Entretanto, por trás dessas configurações contemporâneas existem outras histórias, relacionadas aos povos que circularam, viveram, estabeleceram relações e produziram diferentes formas de conhecimento e pertencimento nesses territórios. Quando essas histórias deixam de ser reconhecidas, ocorre não apenas uma mudança na paisagem, mas também uma perda de visibilidade da memória indígena. Com base nas referências teóricas utilizadas e nas observações realizadas durante a pesquisa de campo, foi possível compreender que os povos indígenas tiveram e continuam tendo papel fundamental na formação histórica, social e cultural da região. Suas formas de organização social, seus conhecimentos, suas práticas culturais, seus deslocamentos e suas relações com o território constituem elementos fundamentais para compreender a história da Tríplice Fronteira. Entretanto, essas contribuições frequentemente aparecem de maneira secundária nas narrativas predominantes sobre a região, enquanto as formas posteriores de ocupação territorial, desenvolvimento econômico e exploração turística recebem maior destaque. Nesse sentido, o apagamento identificado nesta pesquisa também pode ser compreendido pela distância entre a existência histórica da presença indígena e sua visibilidade no presente. O fato de determinado território não apresentar atualmente sinais evidentes de ocupação indígena não significa que essa presença não tenha existido. Ao contrário, a ausência de marcas visíveis pode ser justamente resultado dos processos históricos de transformação e apropriação do território. Dessa forma, torna-se necessário olhar para além da paisagem imediata e questionar quais histórias foram sobrepostas às anteriores e quais memórias deixaram de fazer parte das narrativas sobre esses

lugares. O turismo ocupa uma posição importante nesse processo. Por um lado, pode contribuir para reforçar determinados apagamentos quando apresenta os povos indígenas de maneira limitada, estereotipada ou desvinculada de suas histórias e territorialidades. Isso pode ocorrer quando a presença indígena é utilizada principalmente como elemento de composição de apresentações, imagens, murais ou outros produtos destinados à experiência turística, sem que sejam apresentadas as complexidades históricas e sociais desses povos. Nesse caso, a cultura pode ser transformada em representação, enquanto as histórias relacionadas à ocupação territorial, às perdas, aos deslocamentos e às permanências indígenas permanecem em segundo plano. Por outro lado, o turismo também pode constituir uma possibilidade de valorização e preservação da memória indígena. Para que isso aconteça, entretanto, é necessário que os povos indígenas não sejam apenas representados, mas tenham participação efetiva na construção das narrativas, na definição de como suas histórias serão apresentadas e na escolha dos elementos culturais que poderão ser compartilhados. A valorização não deve ocorrer somente a partir do olhar externo, mas deve considerar as próprias perspectivas, conhecimentos, memórias e formas de existência dos povos indígenas. Dessa maneira, esta pesquisa permite compreender que o problema não está simplesmente na existência de atividades econômicas, urbanização ou turismo, mas na maneira como esses processos podem produzir novas formas de ocupação e interpretação do território sem reconhecer adequadamente as histórias que o antecederam. A transformação de um território pode modificar sua paisagem, seus usos e suas referências, mas não deveria significar o desaparecimento das memórias daqueles que anteriormente estabeleceram relações com esse espaço. Diante disso, considero que um dos caminhos possíveis para enfrentar o apagamento histórico indígena é ampliar as ações de identificação, preservação e divulgação dos lugares relacionados à presença indígena na região. Antigos espaços de ocupação, cemitérios, caminhos, áreas de circulação e outros lugares de memória precisam ser reconhecidos não apenas como vestígios de um passado distante, mas como referências que permitem compreender a continuidade das relações entre os povos indígenas e o território. A preservação dessas memórias pode ocorrer por meio de pesquisas acadêmicas, ações educativas, políticas públicas de memória, sinalização dos lugares históricos, museus, arquivos, espaços culturais e iniciativas turísticas construídas de forma participativa. Enquanto pesquisador, compreendo que este trabalho também representa uma tentativa de deslocar o olhar para aquilo que nem sempre aparece nos roteiros turísticos, nos monumentos e nas narrativas mais conhecidas sobre Foz do Iguaçu e a Tríplice Fronteira. A pesquisa me levou a questionar não somente aquilo que está presente na paisagem, mas principalmente aquilo que deixou de ser percebido. Nesse sentido, investigar o apagamento

significa perguntar: quem esteve nesse território antes das formas atuais de ocupação? Quais histórias foram silenciadas? Quais memórias permanecem? E quem participa da construção das narrativas sobre esse território?

Assim, o papel da Antropologia, neste trabalho, não se limita a identificar a existência do apagamento, mas também a contribuir para tornar visíveis histórias, memórias e perspectivas que foram colocadas à margem das narrativas predominantes. Dar visibilidade não significa falar pelos povos indígenas, mas criar condições para que suas próprias vozes, experiências e formas de compreender seus territórios sejam reconhecidas.

Por fim, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre a importância do reconhecimento, da valorização e da preservação das histórias e identidades dos povos originários na região da Tríplice Fronteira. Mais do que recuperar uma história que pertence apenas ao passado, trata-se de reconhecer uma presença que permanece no presente e que continua produzindo cultura, memória, território e formas próprias de existência. Espera-se, portanto, que este estudo contribua para ampliar as reflexões antropológicas sobre o apagamento histórico indígena na região e estimule novas pesquisas e ações voltadas à construção de narrativas mais plurais, nas quais os povos indígenas não apareçam apenas como personagens do passado ou objetos de representação turística, mas como sujeitos históricos e contemporâneos fundamentais para a compreensão da própria formação da Tríplice Fronteira

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apagamento. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2026. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/apagamento/%5brv>>./>. Acesso em: 12/04/2026.

BERGOLD, Raul Cezar; MARÉS DE SOUZA FILHO, Frederico; MUNHOZ CALEIRO, Manuel, e MAMED, Daniele de Ouro. Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira/ coordenação de Carlos Frederico Marés de Souza Filho; organização de Daniele de Ouro Mamed ;– Letra da Lei, 2016.

COLAÇO, Thais Luzia. O DIREITO GUARANI PRÉ-COLONIAL E AS MISSÕES JESUÍTICAS: A QUESTÃO DA INCAPACIDADE INDÍGENA E DA TUTELA RELIGIOSA. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Doutora em Direito. Florianópolis/SC. 1998.

COLOMBO, Mariah; FÁVARO, Bruno; FERNANDES, Mayala; KRÜGER, Helena. Em reconhecimento inédito, Itaipu e Estado Brasileiro pedem desculpas às comunidades indígenas do Paraná pela construção da hidrelétrica. globo.com, 29 de outubro de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2025/10/29/desculpas-itaipu-comunidades-indigenas-impactos-hidreletrica.ghtml> . Acesso 12/04/2026)

DRUCIAKI, Vinícius Polzin. A Usina Hidrelétrica Itaipú Binacional na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina: Transformações Territoriais e Dramas no Lugar. V Simposio Internacional de la Historia de la Electrificación. La electricidad y la transformación de la vida urbana y social. Universidade Estadual de Goiás, Brasil – 2019.

FAUSTO, Carlos, 1963. Os índios antes do Brasil/4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010;

Formulário sobre o futuro da área está disponível no site da prefeitura e pode ser respondido até o dia 21 de dezembro. PMFI, 2022.

GÂNDARA, Jose Manoel Gonçalves. SOUZA, Claudio Alexandre de. LACAY, Marino Castillo. O MARKETING TURÍSTICO COMO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU E MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU. Revista de Cultura e Turismo – Cultura- ANO 5 - Nº 02 - AGO (2011).

GIL, Gabriel de Siqueira. DA SOCIOLOGIA NA “TERRA DAS CATARATAS” Fundamentos para economia política do turismo na Tríplice Fronteira - Brasil, Argentina e Paraguai. UNILA-Universidade Federal da Integração América Latina. Foz do Iguaçu-PR. 2022.

GONÇALVES, Patrícia Helena Corrêa. A presença de anglicismos em faixas, placas e fachadas comerciais de Foz do Iguaçu. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Letras.

UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu. 2019.

MARTINS, Lavínia Raquel Martins de. RUSCHMANN, Doris van de Meene. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Desenvolvimento Histórico Turístico Estudo de Caso: Foz do Iguaçu – PR. Universidade de Caxias do Sul-RS. USC, 2010.

MATOSO, Juan. Antigo cemitério indígena em aterro de Foz do Iguaçu guarda história, inclusive de família de Toledo, 2025.

44

MELIÁ, Bartolomeu, SJ. A Terra sem mal dos Guarani. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Ciências Sociais-SP. 1990.

NASCIMENTO, Edmilson Alves do. COSTA, Renilda Aparecida. COSTA INDÍGENAS E TRABALHO INFANTIL: DA FRONTEIRA ÉTNICO-CULTURAL À PERSPECTIVA DE UMA AÇÃO INSTITUCIONAL DIFERENCIADA NO BRASIL. Universidade Federal do Amazonas-AM. Argumenta Journal Law n. 23 - jul 2015 - jan 2016.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988) / Clovis Antonio Brighenti (Org.), Egon Dionisio Heck (Org.). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

OLIVEIRA, Osmarina de. DO TEKOKHA AO GUARANI KUÊ: MEMÓRIA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ (1975-1986). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos – Foz do Iguaçu/PR. 2020.

PARELLADA Cláudia Inês [et al.]. Vida indígena no Paraná: memória, presença, horizontes. Curitiba: PROVOPAR Ação Social/PR, 2006.

PARO, Denize. Aterro sanitário de Foz abriga antigo cemitério indígena. Espaço remonta à colonização da cidade e está apagado e esquecido desde o início da construção do aterro sanitário. Disponível em: PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Patrimônio Mundial Natural. Governo do Brasil, 2026.

PIMENTEL. Maurício Ragagnin. Cataratas do Iguaçu: experiências e registro de uma paisagem turística. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRGS/PPGA. Porto Alegre – RS, 2010.

POVOS GUARANI NA ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL E PARAGUAI - GUARANI CONTINENTAL - EMGC, Equipe Mapa Guarani Continental. Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. / Equipe Mapa Guarani Continental - EMGC. Campo Grande, MS. Cimi, 2016.

RECALCATTI, Caroline. A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA ITAIPU BINACIONAL E A DESAPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/Campus

Toledo, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais. 2020.

Relatório elaborado pela Kuñangue Aty Guasu e pelo Observatório da Kuñangue Aty Guasu (O.K.A) para subsidiar encaminhamentos a respeito da intolerância e racismo religioso, bem como as queimas das casas de reza (oga pisy) em comunidades Kaiowá e Guarani no cone sul do estado do Mato Grosso do Sul junto à Defensoria Pública da União

45

e a Defensoria Pública Estadual do Mato Grosso do Sul (DPE-MS) Dourados-MS, mar. de 2022.

SANTOS, José Carlos dos. XXVIII Simpósio Nacional de História - Uma leitura micro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. Lugares dos Historiadores Velhos e Novos Desafios. Florianópolis-SC.

SILVA, Micael Alvino da. Breve história da tríplice Fronteira: como a maior hidrelétrica binacional e a segunda maior cidade do Paraguai foram decisivas para a formação da fronteira mais importante da América do Sul. Instituto 100 Fronteiras, 2022 Foz do Iguaçu, PR.

SOARES, Neiva Maria Machado. Multimodalidade, gênero e discursos: teorias e análises. Pimenta Cultural. São Paulo-SP-2020.

SOUZA. Edson Belo Clemente de. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía. O turismo como integrador regional em cidades trigêmeas: Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina) Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr. vol.26 no.2 Bogotá July/Dec. 2017.

.